

Jônatas Luiz Moreira de Paula

INSTITUIÇÕES
PROCESSO CIVIL
edição revisada e ampliada

2ª ED





Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2021, D'Plácido Editora.
Copyright © 2021, Jônatas Luiz Moreira de Paula.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Araes

Editor | Tales Leon de Marco

Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico | Nathália Torres
(imagem por Steve Johnson via Pexels)

Diagramação | Nathalia Torres

Catálogo na Publicação (CIP)

P324 Paula, Jônatas Luiz Moreira de
Instituições do processo civil / Jônatas Luiz Moreira de Paula. - 2. ed. rev. ampli. - Belo Horizonte, São Paulo : D'Plácido, 2021.
410 p.

ISBN 978-65-5589-226-0

1. Direito. 2. Direito Processual Civil. I. Título.

CDDir: 341.46

Bibliotecária responsável: Fernanda Gomes de Souza CRB-6/2472

D'PLÁCIDO



Rodapé



Sumário

1. Instrumentalidade do Processo Civil	15
1.1. Método processual para análise do direito subjetivo e do dever jurídico.....	15
1.2. Lide civil: resolução processual entre direito subjetivo, interesse, dever jurídico e sanção jurídica.....	20
1.3. Proteção judicial do direito subjetivo: o processo como método de aplicação da sanção jurídica no caso concreto.....	23
2. Jurisdição e Competência	29
2.1. Evolução histórica da jurisdição como atividade estatal.....	29
2.1.1. A jurisdição na Idade Antiga e na Idade Média.....	29
2.1.2. Do Absolutismo renascentista à Revolução Francesa.....	36
2.1.3. A jurisdição na sua atualidade: a questão do ativismo judicial.....	39
2.2. Dos conceitos processuais de jurisdição.....	46
2.2.1. Jurisdição em Giuseppe Chiovenda.....	46
2.2.2. Jurisdição em Francesco Carnelutti.....	47
2.2.3. Jurisdição em Enrico Allorio.....	51
2.2.4. Jurisdição como declaração de direito.....	52
2.3. Conceito de competência.....	54
2.4. Critérios de competência absoluta.....	55
2.4.1. Em razão da matéria.....	55
2.4.2. Em razão da qualidade do litigante.....	56

2.4.3. Em razão da funcionalidade	57
2.5. Critérios de competência relativa	59
2.5.1. Em razão do foro	59
2.5.2. Em razão do valor da causa	61
2.6. Conexão, continência e prorrogação de foro	63
2.6.1. Conexão e seus efeitos processuais	63
2.6.2. Continência e seus efeitos processuais	64
2.6.3. Prorrogação de foro	65
2.6.4. A prevenção na hipótese do artigo. 286, II	66
3. Tutela Jurisdicional	67
3.1. Noção de tutela jurisdicional	67
3.2. Tutela jurisdicional e seu efeito pretendido	69
3.3. Tutela definitiva e tutela sumária	73
3.4. Tutela reintegratória, ressarcitória e inibitória	75
4. Revisitando as doutrinas tradicionais sobre o Direito de Ação	79
4.1. A <i>actio legis e per formula romana</i>	79
4.2. Teoria Civilista ou Materialista da Ação	82
4.3. Polêmica entre Windischeid e Mütter	85
4.4. Teoria Concreta da Ação	86
4.5. Teoria Abstrata da Ação	90
4.6. Teoria Eclética de Liebman	93
4.7. A posição do Novo CPC e uma nova concepção das condições da ação	97
5. Elementos da Ação	101
5.1. Noção	101
5.2. Partes e legitimidade	101
5.2.1. Legitimidade ordinária	104
5.2.2. Legitimidade extraordinária	106
5.2.3. A legitimidade concorrente	107
5.3. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros	108

5.3.1. Litisconsórcio.....	108
5.3.2. Intervenção de Terceiros.....	110
5.3.3. Assistência.....	111
5.3.4. Oposição.....	114
5.3.5. Nomeação à autoria.....	114
5.3.6. Denúnciação à lide.....	115
5.3.7. Chamamento ao processo.....	115
5.3.8. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	116
5.3.9. <i>Amicus curiae</i>	117
5.4. Causa de pedir e suas teorias.....	119
5.4.1. Teoria da Substanciação.....	120
5.4.2. Teoria da Individuação.....	122
5.5. Pedido.....	123
5.6. A questão da fungibilidade da causa de pedir e do pedido.....	125

6. Natureza Jurídica do Direito de Defesa e seus modos de exercício.....	131
6.1. Fundamentos do Direito de Defesa.....	131
6.1.1. A garantia do Direito de Defesa como preceito programático.....	131
6.1.2. A Defesa como exercício abstrato de um direito.....	133
6.2. Contestação.....	135
6.2.1. Noção.....	135
6.2.2. Exceção e objeção.....	136
6.2.3. Defesa Indireta e Defesa Direta.....	137
6.2.4. Tutela jurisdicional na contestação.....	140
6.3. Reconvenção.....	142
6.3.1. Noção.....	142
6.3.2. Objeto e hipóteses de cabimento.....	144
6.3.3. Requisitos genéricos da reconvenção.....	144
6.3.4. Requisitos específicos da reconvenção.....	148

7. A litiscontestatio e a relação jurídica processual	153
7.1. O papel exercido pela <i>litiscontestatio</i> no processo civil romano.....	153
7.1.1. O sistema processual no período anterior ao romano.....	153
7.1.2. O sistema processual e a <i>actio romana</i>	156
7.1.3. O sistema da <i>ordo iudiciorum privatorum</i>	160
7.1.4. Sistema da <i>cognitio extra ordinem</i>	174
7.2. O processo como relação jurídica triangular.....	177
7.3. Os pressupostos processuais.....	183
8. Os Princípios Processuais	189
8.1. As funções política e instrumental dos Princípios do Processo.....	189
8.2. Princípios da Legalidade e do Devido Processo Legal.....	190
8.2.1. A impossibilidade de a lei fazer um homem juiz de seu próprio caso.....	194
8.2.2. Tirando de A e dando para B.....	195
8.2.3. A delegação de poderes.....	198
8.2.4. A interpretação de cláusulas não-econômicas.....	199
8.3. Princípio da Isonomia.....	201
8.4. Princípios da Celeridade e da Duração Razoável do Processo.....	202
8.5. Princípio da Publicidade.....	205
8.6. Princípio da Assistência Judiciária Gratuita.....	206
8.7. Princípio do Acesso a Justiça.....	207
8.8. Princípio do Contraditório.....	210
8.9. Princípio da Ampla Defesa.....	214
8.10. Princípio da Autoridade Competente.....	216
8.11. Princípio da Proibição da Obtenção de Provas Ilícitas.....	217
8.12. Princípio da Motivação dos Atos Judiciais.....	224
8.13. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	227
9. Sujeitos da Relação Processual	231
9.1. Juiz.....	231

9.2. Ministério Público.....	236
9.2.1. Atribuições do Ministério Público.....	241
9.3. Advogado.....	243
9.4. Auxiliares da Justiça.....	246
9.4.1. Classificação.....	247
10. Atos Processuais.....	251
10.1. Noção de Atos Processuais.....	251
10.2. Classificação dos Atos Processuais.....	252
10.2.1. Atos processuais praticados pelas partes.....	252
10.2.2. Atos processuais praticados pelo juiz.....	253
10.2.3. Atos praticados pelos auxiliares da justiça.....	254
10.3. Forma dos Atos Processuais.....	255
10.3.1. Noção.....	255
10.3.2. Sistemas de formas dos atos processuais.....	255
10.3.3. Do lugar para a prática dos atos processuais.....	257
10.3.4. Do tempo para a prática dos atos processuais.....	260
10.3.5. Prazo.....	261
10.4. Sistema de Preclusão.....	263
10.4.1. Espécies de preclusão.....	265
10.5. Invalidação dos Atos Processuais.....	266
10.5.1. Princípios aplicáveis à invalidação do ato.....	267
11. As provas e o processo.....	269
11.1. Noção e fundamentos da prova.....	269
11.2. Natureza jurídica das provas.....	273
11.2.1. Teoria Materialista.....	274
11.2.2. Teoria Mista.....	275
11.2.3. Teoria Processualista.....	278
11.2.4. Teorias que conferem um tratamento especial.....	279
11.2.5. Concepção eclética: existência da prova e produção da prova.....	279
11.3. A Prova na História dos Sistemas Probatórios.....	281
11.3.1. Introdução.....	281

11.3.2. Idade Antiga.....	281
11.3.3. Direito Romano.....	284
11.3.4. Idade Média.....	287
11.3.5. Direito Luso.....	289
11.3.6. Direito Brasileiro.....	291
11.4. Sistemas Probatórios.....	293
11.4.1. Ordálias e Juízos de Deus.....	293
11.4.2. Sistema da Livre Convicção Íntima do Juiz.....	298
11.4.3. Sistema da Certeza Legal ou da Prova Tarifada ou da Prova Legal.....	300
11.4.4. Sistema da Persuasão Racional ou da Livre Convicção Fundamentada do Juiz.....	304
11.5. Meios de prova.....	307
11.6. Presunções.....	309
11.7. Prova emprestada.....	312
12. Sentença e criação judicial do direito.....	315
12.1. Noção de sentença.....	315
12.1.1. Sentença como ato de extinção.....	315
12.1.2. Decisões terminativas.....	319
12.1.3. Elementos de existência da sentença.....	321
12.1.4. Elementos essenciais da sentença.....	323
12.2. Efeitos da sentença.....	328
12.2.1. Noção.....	328
12.2.2. Efeitos imediatos da sentença.....	328
12.2.3. Efeitos mediatos da sentença.....	330
12.3. A metodologia na elaboração do julgamento da lide na sentença.....	331
12.3.1. Exame dos fatos.....	332
12.3.2. Elaboração da definição jurídica.....	333
12.3.3. Elaboração do conhecimento jurídico e a vinculação à jurisprudência e súmulas.....	337
12.3.4. Elaboração da tutela jurisdicional (ou sanção jurídica).....	340

13. Recurso	345
13.1. Teoria Geral dos Recursos	345
13.1.1. Noção	345
13.2. Princípios relativos aos recursos	346
13.2.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	347
13.2.2. Princípio da autoridade competente	349
13.2.3. Princípio da taxatividade	350
13.2.4. Princípio da unirrecorribilidade ou da singularidade ou da unicidade recursal	357
13.2.5. Princípio da independência recursal	358
13.2.6. Princípio da fungibilidade recursal	359
13.2.7. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i>	363
13.3. Pressuposto essencial do recurso: sucumbência	364
14. Execução	367
14.1. Título Executivo	367
14.1.1. Noção	367
14.1.2. Classificação do título executivo	368
14.1.3. Espécies de título executivo	368
14.2. Natureza jurídica do título executivo	370
14.3. Requisitos do título executivo	373
14.3.1. Certeza	373
14.3.2. Exigibilidade	374
14.3.3. Liquidez	376
15. Coisa Julgada	379
15.1. Noção e fundamentos de coisa julgada	379
15.2. Teorias que fundamentam a coisa julgada	380
15.3. Efeitos e espécies de coisa julgada	384
15.4. Limites objetivos da coisa julgada	387
15.5. Limites subjetivos da coisa julgada	388
16. Considerações finais: o Processo como Relação Social	393

16.1. Direito Material e Direito Processual.....	393
16.2. O Processo como relação social.....	397
Referências.....	401